

Fundado em 1875

Julio Mesquita (1891-1927)
 Julio de Mesquita Filho (1927-1969)
 Francisco Mesquita (1927-1969)
 Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)

José Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1988)
 Julio de Mesquita Neto (1969-1996)
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997)

Américo de Campos (1875-1884)
 Nestor Rangel Pestana (1927-1933)
 Plínio Barreto (1927-1958)

Eike, emblema e indício

DEMÉTRIO MAGNOLI

Eike Batista valia US\$ 1,5 bilhão em 2005, US\$ 6,6 bilhões em 2008, US\$ 30 bilhões em 2011 e US\$ 9,5 bilhões em março passado, depois de 12 meses em que seu patrimônio encolheu num ritmo médio de US\$ 50 milhões por dia. Desconfie das publicações de negócios quando se trata do perfil dos investimentos de grandes empresários. Apenas cinco anos atrás uma influente revista de negócios narrou a saga de Eike sem conectar-lá uma única vez à sigla BNDES. Mas o ciclo de destruição implacável de valor das ações do Grupo X acendeu uma faísca de jornalismo investigativo. Hoje o nome do empresário anda regularmente junto às cinco letrinhas providenciais – e emergem até mesmo reportagens que o conectam a outras quatro letrinhas milagrosas: Lula.

A história de Eike é, antes de tudo, um emblema do capitalismo de Estado brasileiro. Durante o regime militar, Eliezer Batista circulou pelos portões giratórios que interligavam as empresas mineradoras internacionais à estatal Vale do Rio Doce. Duas décadas depois seu filho se converteu no ícone de uma estratégia de modernização do capitalismo de Estado que almeja produzir uma elite de megaempresários associados à nova elite política lulista.

“O BNDES é o melhor banco do mundo”, proclamou Eike em 2010, no lançamento das obras do Superporto Sudeste, da MMX. O projeto, orçado em R\$ 1,8 bilhão, acabava de receber financiamento de R\$ 1,2 bilhão do banco público de desenvolvimento, que também é sócio das empresas LLX, de logística, e MPX, de energia. No ano seguinte o banco negocou com o empresário duas operações de injeção de capital no valor de R\$ 3,2 bilhões, aumentando em R\$ 600 milhões sua participação na MPX e abrindo uma linha de crédito de R\$ 2,7 bilhões para as obras do estaleiro da OSX, orçadas em pouco mais de R\$ 3 bilhões, no Porto do Açu, da LLX. Hoje o endividamento do Grupo X com o banco mais generoso do mundo gira em torno de R\$ 4,5 bilhões – algo como 23% do seu valor total de mercado.

“A natureza sempre foi gene-

rosa comigo”, explicou Eike. “As pessoas ricas foram as que mais ganharam dinheiro no meu governo”, explicou Lula. A política, não a economia, a “natureza” ou a sorte, inflou o balão do Grupo X. Dez anos atrás o BNDES não era “o melhor banco do mundo”. Alcançou essa condição por meio de uma expansão assombrosa de seu capital deflagrada no final do primeiro mandato de Lula da Silva. A mágica sustentou-se sobre o truque prosaico da transferência de recursos do Tesouro Nacional para o BNDES. O dinheiro ilimitado que irrigou o Grupo X impulsionou uma bolha de expectativas desmesuradas no mercado acionário, é, num sentido brutalmente literal, seu, meu, nosso, dos filhos de todos nós e das crianças que ainda não nasceram, mas pagará a conta da dívida pública gerada pela aventura do empresário emblemático.

Eike é emblema, mas também

indício. A saga da célebre ascen-

são e do ainda mais rápido declí-
nio do Grupo X contém uma pro-
fusão de pistas, ainda não explo-
radas, das relações perigosas en-
tre o círculo interno do lulismo
e o mundo dos altos negócios.

Na condição de “consultor pri-
vado”, em julho de 2006 o ex-minis-
tro José Dirceu viajou à Bolí-
via, num jatinho da MMX, exata-

Foi a política, e não a economia, a ‘natureza’ ou a sorte, que inflou o balão do Grupo X

mente quando o governo de Evo Morales recusava licença de ope-
ração à siderúrgica de Eike. Nos
anos seguintes, impulsionado
por um fluxo torrencial de di-
nheiro do BNDES, o Grupo X
atravessou as corredeiras da for-
tuna. Durante a travessia, em
2009 o empresário contou com
o beneplácito de Lula para uma
tentativa frustrada de adquirir o
controle da Vale, pela compra a
preço de oportunidade da parti-
cipação acionária dos fundos de
pensão, do BNDES e do Brades-
co na antiga estatal. Naquele
mesmo ano o fracasso de bilhete-
ria *Lula, o Filho do Brasil*, produ-
zido com orçamento recordista,
contou com o aporte de R\$ 1 mi-
lhão do empreendedor X.

A parceria entre os dois “fi-

pela reversão do movimento da-
roda da fortuna. Em janeiro pas-
sado, a bordo do jato do virtuo-
so empresário, Eike e o ex-presi-
dente visitaram o Porto do Açu.
O tema do encontro teria sido
um plano de transferência para
o Açu de um investimento de R\$
500 milhões de um estaleiro que
uma empresa de Cingapura ergue
no Espírito Santo. Em
março, depois que Lula lhe recom-
endou prestar maior atenção
às demandas dos empresários,
Dilma Rousseff reuniu-se com
28 megaempresários, entre eles
o inefável X. Dias depois, numa
reunião menor, a presidente e
um representante do BNDES se
teriam sentado à mesa com Ei-
ke e seus credores privados do
Itaú, Bradesco e BTG-Pactual.

Equilibrando-se à beira do
abismo, o Grupo X explora dife-
rentes hipóteses de resgate. O
BNDES, opção preferencial, con-
cede um novo financiamento, de R\$ 935 milhões, à
MMX e analisa uma solicitação
da OSX, de créditos para a cons-
trução de uma plataforma de pe-
tróleo. Entretanto, diante da
deterioração financeira do “me-
lhor banco do mundo”, emer-
gem opções alternativas. No ce-
nário mais provável, o Porto do
Açu seria resgatado por uma sé-
rie de iniciativas da Petrobrás e
da Empresa de Planejamento e
Logística. A primeira converte-
ria a imensa estrutura portuária
sem demanda em base para a
produção de petróleo na Bacia
de Campos. A segunda esculpia-
ria um pacote de licitações de
modo a ligar o porto fincado no
meio do nada à malha ferroviá-
ria nacional, assumindo os ris-
cos financeiros da operação.

No registro do emblema, avas-
tam a mobilização de empresas esta-
tais e recursos públicos para sal-
var o Grupo X pode ser justifica-
da em nome da “imagem do País
no exterior”, como sugere candi-
damente o governo, ou da prote-
ção da imagem do próprio gover-
no e de seu modelo de capitalis-
mo de Estado, como interpre-
tam as raras vozes críticas. No
registro do indício, porém, o res-
gate em curso solicitará investi-
gações de outra ordem e de am-
plas implicações – que, por isso
mesmo, não serão feitas.

*

SOCIÓLOGO E DOUTOR EM GEOGRA-
FIA HUMANA PELA USP. E-MAIL:

DEMÉTRIO.MAGNOLI@UOL.COM.BR